



COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS PÚBLICOS
EFETIVOS DE NÍVEL SUPERIOR
EDITAL Nº 2 DO CONCURSO PÚBLICO 1/2014 - NORMATIVO

Cargo 103
Direito

Data e horário da prova:
Domingo, 20/7/2014, às 14h

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um **caderno de questões** da prova objetiva contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma, e apenas uma alternativa correta;
 - um **cartão de respostas** ótico personalizado.
- Verifique se a numeração das questões, a paginação do **caderno de questões** e a codificação do **cartão de respostas** ótico estão corretas.
- Quando autorizado pelo **fiscal do IADES**, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado do **cartão de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A confiança em si mesmo é o primeiro segredo do sucesso.

- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação do **cartão de respostas** ótico.
- Somente será permitido levar o **caderno de questões** da prova objetiva após 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos do início da prova.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá entregar seu **cartão de respostas** ótico e retirar-se da sala.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do **IADES** o **cartão de respostas** devidamente assinado.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a **caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada de material transparente**.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. Desligue e guarde em embalagem fornecida pelo fiscal do **IADES**: máquina fotográfica; telefone celular; relógio; gravador; *bip*; receptor; *pager*; *notebook*; *tablet* eletrônico; *walkman*; aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais; agenda eletrônica; *palmtop*; régua de cálculo; máquina de calcular e (ou) qualquer outro equipamento similar.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um **fiscal do IADES**.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas da prova objetiva** e na **folha de respostas da prova discursiva**. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no **cartão de respostas**.
- Leia atentamente cada questão e assinale, no **cartão de respostas** ótico, uma única alternativa.
- O **cartão de respostas** ótico e a **folha de respostas da prova discursiva** não podem ser dobrados, amassados, rasurados ou manchados e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrir, fortemente, com **caneta esferográfica preta ou azul**, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Prova Tipo “C”

Realização


iades
Instituto Americano de Desenvolvimento

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Questões de 1 a 25

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 1 a 10

Texto 1 para responder as questões de 1 a 3.

O que são alimentos orgânicos

1 Na agricultura orgânica, não é permitido o uso de substâncias que coloquem em risco a saúde humana e o meio ambiente. Não são utilizados fertilizantes sintéticos solúveis, 4 agrotóxicos e transgênicos. O Brasil, em função de possuir diferentes tipos de solo e clima, uma biodiversidade incrível aliada a uma grande diversidade cultural, é sem dúvida um 7 dos países com maior potencial para o crescimento da produção orgânica.

Para ser considerado orgânico, o produto tem que ser 10 produzido em um ambiente de produção orgânica, onde se utilizam como base do processo produtivo os princípios agroecológicos que contemplam o uso responsável do solo, 13 da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as 14 relações sociais e culturais.

Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/o-que-e-agricultura-organica>>. Acesso em: 5/5/2014, com adaptações.

QUESTÃO 1

Caso o autor resolvesse substituir o trecho destacado na oração “em função de possuir diferentes tipos de solo e clima” (linhas 4 e 5), de acordo com a norma-padrão e o sentido original do texto, a nova redação deveria ser

- (A) **apesar de** possuir diferentes tipos de solo e clima.
- (B) **devido a** possuir diferentes tipos de solo e clima.
- (C) **a fim de** possuir diferentes tipos de solo e clima.
- (D) **com vistas a** possuir diferentes tipos de solo e clima.
- (E) **como se não bastasse** possuir diferentes tipos de solo e clima.

QUESTÃO 2

Considerando as informações veiculadas pelo texto e a relação entre elas, assinale a alternativa correta.

- (A) Agricultura orgânica é aquela que não permite a utilização de substâncias nocivas à saúde humana e ao meio ambiente.
- (B) Os fertilizantes sintéticos solúveis, os agrotóxicos e os transgênicos não se enquadram na categoria das substâncias que colocam em risco a saúde humana e o meio ambiente.
- (C) Os diferentes tipos de solo e clima e a biodiversidade aliada à grande diversidade cultural justificam a condição do Brasil como grande produtor de alimentos orgânicos.
- (D) O Brasil ainda não produz alimentos orgânicos.
- (E) O respeito às relações sociais e culturais é uma atitude que se opõe aos princípios agroecológicos.

QUESTÃO 3

De acordo com a norma-padrão, assinale a alternativa que apresenta outra redação possível para “Na agricultura orgânica, não é permitido o uso de substâncias que coloquem em risco a saúde humana e o meio ambiente.” (linhas de 1 a 3).

- (A) Não é permitido, na agricultura orgânica, a utilização de substâncias que coloquem em risco a saúde humana e o meio ambiente.
- (B) Na agricultura orgânica, não é permitido o uso de substâncias os quais coloquem em risco a saúde humana e o meio ambiente.
- (C) Não é permitido, na agricultura orgânica, o uso de substâncias que oferecem risco à saúde humana e ao meio ambiente.
- (D) Na agricultura orgânica, não é permitido usar substâncias as quais exponham ao risco à saúde humana e o meio ambiente.
- (E) Na agricultura orgânica, a utilização de substâncias que trazem risco à saúde humana e ao meio ambiente não é permitido.

Texto 2 para responder as questões de 4 a 7.



Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/CARTAZ_0.jpg>. Acesso em: 5/5/2014.

QUESTÃO 4

Caso o autor resolvesse acrescentar à oração “Prefira alimentos orgânicos” um objeto indireto representado por produtos industrializados, outra redação possível, conforme a norma-padrão, seria a seguinte:

- (A) Prefira mais alimentos orgânicos que produtos industrializados.
- (B) Prefira mais alimentos orgânicos do que produtos industrializados.
- (C) Prefira bem mais alimentos orgânicos que produtos industrializados.
- (D) Prefira antes alimentos orgânicos do que produtos industrializados.
- (E) Prefira alimentos orgânicos a produtos industrializados.

QUESTÃO 5

Com base nas informações e no propósito principal do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O público-alvo do texto, como sugere a imagem, são os pais e as crianças.
- (B) Os netos, público-alvo do texto, agradecerão aos pais pela vida saudável adquirida com o consumo de alimentos orgânicos.
- (C) O objetivo central do texto é que as crianças passem a exigir dos próprios pais uma alimentação mais saudável composta de alimentos orgânicos.
- (D) Os filhos, público-alvo do texto, agradecerão aos pais pela vida saudável adquirida com o consumo de alimentos orgânicos.
- (E) O texto pretende conscientizar pais e mães a alimentarem seus filhos com produtos orgânicos.

QUESTÃO 6

Caso o autor resolvesse substituir o termo destacado, em “Dê alimentos orgânicos para seus filhos.”, por um pronome pessoal oblíquo, de acordo com a norma-padrão, o novo texto deveria ser

- (A) Dê eles.
- (B) Dê-lhes.
- (C) Dê-lhe.
- (D) Dê-os.
- (E) Dê-o.

QUESTÃO 7

Com base nas relações morfossintáticas que envolvem o período “Entre para o mundo da vida saudável”, é correto afirmar que o verbo tem como referente um sujeito

- (A) oculto ou desinencial que poderia ser representado por tu.
- (B) oculto ou desinencial que poderia ser representado por você.
- (C) oculto ou desinencial correspondente à terceira pessoa do plural.
- (D) indeterminado.
- (E) inexistente.

Texto 3 para responder as questões de 8 a 10.

Uso de agrotóxicos eleva o risco à saúde de trabalhadores rurais

¹ (23/11/2013) O comércio irregular de agrotóxicos pela internet, em parte alimentado por produtos falsificados, sem registro e vendidos por empresas ⁴ fantasmas, eleva o risco à saúde de trabalhadores rurais que têm contato com produtos químicos. Com predomínio de minifúndios voltados à produção de uvas e hortigranjeiros, ⁷ Bento Gonçalves é o município gaúcho com o maior número de registros de intoxicação por agrotóxicos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação do ¹⁰ governo federal.

De 2007 à metade deste ano, Bento Gonçalves teve ⁹⁴ — quase um quinto — dos 458 casos do estado. Mas o ¹³ tamanho do problema é maior do que indicam os números. Estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostra que, para cada registro de intoxicação por ¹⁶ agrotóxicos, outros 50 casos deixaram de ser verificados.

Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2013/11/uso-de-agrotoxicos-eleva-o-risco-a-saude-de-trabalhadores-rurais-4342272.html>>. Acesso em: 5/5/2014, com adaptações.

QUESTÃO 8

Quanto à tipologia, o texto classifica-se, predominantemente, como

- (A) dissertativo, pois estabelece uma relação, com base em uma estimativa, entre o uso de agrotóxicos e o aumento do risco à saúde de trabalhadores rurais que têm contato com tais produtos.
- (B) narrativo, pois faz um relato de fatos envolvendo doenças provocadas pelo uso de agrotóxicos no campo.
- (C) dissertativo, pois apresenta uma sequência de fatos.
- (D) narrativo, pois relata um fato ocorrido em Bento Gonçalves.
- (E) descritivo, pois destaca as características principais dos agrotóxicos.

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa que apresenta uma mensagem coerente com o texto.

- (A) A internet serve de meio para a comercialização irregular de agrotóxicos, os quais são produtos falsificados.
- (B) A internet é o principal veículo para a comercialização irregular de agrotóxicos.
- (C) Embora não seja o único veículo para a comercialização irregular de agrotóxicos, a internet é a responsável pela venda de produtos falsificados.
- (D) O risco à saúde de trabalhadores rurais expostos a produtos químicos é elevado pelo comércio irregular de agrotóxicos via internet.
- (E) Bento Gonçalves é o maior produtor de uvas e hortigranjeiros do Rio Grande do Sul, o que explica o elevado índice de intoxicação por agrotóxicos.

QUESTÃO 10

Do ponto de vista morfossintático e considerando as relações de coordenação e subordinação, assinale a alternativa correta acerca do período “Estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostra que, para cada registro de intoxicação por agrotóxicos, outros 50 casos deixaram de ser verificados.” (linhas de 14 a 16).

- (A) O verbo “mostra” funciona como transitivo direto e indireto.
- (B) O termo “que” desempenha a função de pronome relativo.
- (C) A segunda oração desempenha o papel de objeto direto em relação à primeira.
- (D) A segunda oração classifica-se como subordinada adjetiva restritiva.
- (E) Cada uma das orações apresenta um tipo diferente de predicado.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO**Questões de 11 a 16****QUESTÃO 11**

Uma fazenda produz soja para exportação. A soja é transportada até o porto mais próximo por trem ou caminhão. Uma viagem de trem, com $\frac{2}{3}$ da velocidade do caminhão, gasta quatro horas a mais que a mesma viagem de caminhão, a uma velocidade de 60 km/h. Qual é a distância da fazenda ao porto?

- (A) 160 km.
- (B) 240 km.
- (C) 320 km.
- (D) 480 km.
- (E) 560 km.

QUESTÃO 12

Um açougue vende o quilo de carne com lucro de $\frac{2}{5}$ sobre o preço de compra. Sobre o preço de venda, esse lucro é uma porcentagem

- (A) de menos de 18%.
- (B) de exatamente 20%.
- (C) que está entre 24% e 26%.
- (D) que está entre 28% e 30%.
- (E) de mais de 30%.

QUESTÃO 13

Um hortifrutigranjeiro quer comprar sementes de frutas e de hortaliças. Ele dispõe da opção de compra de 5 tipos de frutas e 4 tipos de hortaliças. Se ele quiser escolher 3 tipos de frutas e 2 tipos de hortaliças, o número de possibilidades que ele terá é igual a

- (A) 60.
- (B) 90.
- (C) 120.
- (D) 240.
- (E) 350.

QUESTÃO 14

Com relação à proposição “se chove, então a safra de grãos será abundante”, assinale a alternativa correta.

- (A) “Chove” é uma condição necessária para a safra de grãos ser abundante.
- (B) “Se a safra de grãos não for abundante, então não chove” tem o mesmo valor lógico da proposição apresentada.
- (C) A negação pode ser “chove ou a safra de grãos não será abundante”.
- (D) “A safra de grãos será abundante” é uma condição suficiente para “chove”.
- (E) A negação pode ser “não chove ou a safra de grãos será abundante”.

QUESTÃO 15

Um avicultor tem, em sua criação, patos e galinhas. Se ele formar pares de pato e galinha, sobrarão 15 galinhas e, se ele

juntar grupos de dois patos com três galinhas, sobrarão 10 patos. Nesse caso, o avicultor tem

- (A) 30 patos e 45 galinhas.
- (B) 50 patos e 65 galinhas.
- (C) 60 patos e 75 galinhas.
- (D) 80 patos e 95 galinhas.
- (E) 90 patos e 105 galinhas.

QUESTÃO 16

Considere que o número de produtores de grãos que produz mais que n toneladas é dado pela expressão $n^{-3} \times 10^{10}$. O número de produtores que produz entre 200 e 500 toneladas é

- (A) 80.
- (B) 1.170.
- (C) 1.250.
- (D) 2.420.
- (E) 10.080.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA APLICADA À CONAB**Questões de 17 a 21****QUESTÃO 17**

A Lei nº 8.171/1991 dispõe acerca da política agrícola no território brasileiro. A esse respeito, assinale a alternativa que corresponde: (1) a todas as atividades expressamente previstas como objeto da referida lei quanto à fixação dos fundamentos, à definição dos objetivos e das competências institucionais, à previsão dos recursos e ao estabelecimento das ações e dos instrumentos da política agrícola; e, (2) à definição integral de atividade agrícola para a referida lei.

- (A) (1) Agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal;
(2) a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais.
- (B) (1) Agropecuárias, agroindustriais e de planejamento da atividade pesqueira;
(2) a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários e pesqueiros.
- (C) (1) Agropecuárias e de planejamento da atividade pesqueira;
(2) a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas e pecuários.
- (D) (1) Agropecuárias e agroindustriais;
(2) a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas e pecuários.
- (E) (1) Agropecuárias e de planejamento das atividades pesqueira e florestal;
(2) a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais.

QUESTÃO 18

Considere as situações hipotéticas a seguir.

- I. Maria, trabalhadora urbana, postulou ação quanto aos créditos resultantes das relações trabalhistas no curso dessa relação.
- II. Pedro, trabalhador rural, postulou ação quanto aos créditos resultantes das relações trabalhistas após a extinção do referido contrato.
- III. João, trabalhador urbano, postulou ação quanto aos créditos resultantes das relações trabalhistas após a extinção do referido contrato.
- IV. Joana, trabalhadora rural, postulou ação quanto aos créditos resultantes das relações trabalhistas no curso dessa relação.

Com base nessas situações, bem como nas disposições vigentes na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Pedro e João terão prescritos os eventuais direitos trabalhistas a partir de dois anos da extinção do referido contrato, mas, se ajuizarem a ação ao completar dois anos da extinção do contrato, farão jus somente aos direitos decorrentes dos últimos três anos da relação trabalhista.
- (B) Pedro terá prescritos os eventuais direitos trabalhistas a partir de cinco anos da extinção do referido contrato.
- (C) Joana, diferentemente de Maria, não terá prescrição quanto a eventuais direitos trabalhistas se ajuizada ação quanto aos créditos resultantes das referidas relações no curso dessa ação.
- (D) João terá prescritos os eventuais direitos trabalhistas a partir de cinco anos da extinção do referido contrato.
- (E) Pedro e João terão prescritos os eventuais direitos trabalhistas a partir de dois anos da extinção do referido contrato, mas, se ajuizarem a ação ao completar dois anos da extinção do contrato, farão jus somente aos direitos trabalhistas devidos nos últimos cinco anos anteriores à propositura da ação.

QUESTÃO 19

A relação de direitos sociais contida no art. 7º da Constituição Federal vigente é

- (A) a mesma somente para os trabalhadores urbanos, rurais e servidores públicos.
- (B) exemplificativa.
- (C) a mesma para os trabalhadores urbanos, rurais e domésticos.
- (D) taxativa.
- (E) a mesma para os trabalhadores urbanos e domésticos.

QUESTÃO 20

A Lei nº 8.171/1991 teve vetos apostos pelo presidente da República, em relação ao texto aprovado pelo Congresso Nacional. Acerca desse assunto, assinale a alternativa que indica o capítulo dessa lei que restou por totalmente esvaziado em face da aposição dos referidos vetos.

- (A) Da Assistência Técnica e Extensão Rural.
- (B) Da Informação Agrícola.
- (C) Da Garantia da Atividade Agropecuária.
- (D) Do Fundo Nacional de Desenvolvimento Rural.
- (E) Do Produtor Rural, da Propriedade Rural e sua Função Social.

QUESTÃO 21

No que se refere às disposições contidas na Lei nº 8.171/1991, quanto à produção, à comercialização, ao abastecimento e à armazenagem, assinale a alternativa correta.

- (A) As importações de produtos agrícolas necessárias ao abastecimento interno, inclusive as decorrentes de acordo com outros países, serão realizadas, preferencialmente, pela iniciativa privada, conforme as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), ouvida a respectiva entidade de produtores em nível nacional.
- (B) É liberada a importação de produtos agrícolas e derivados, desde que atendido o abastecimento interno e ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA).
- (C) Os estoques reguladores devem ser adquiridos, preferencialmente, de organizações associativas de pequenos e médios produtores.
- (D) A pauta dos produtos amparados pela política de garantia de preços mínimos será estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), a partir de propostas dos estados.
- (E) O abastecimento do mercado nacional será feito pela livre participação da iniciativa privada, atuando o Poder Público, supletivamente, em sua ausência ou insuficiência, por meio de programas especiais de interesse social e a critério do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA).

ATUALIDADES Questões de 22 a 25

Texto 4 para responder as questões 22 e 23.

IBGE revisa projeção da safra agrícola que deve crescer 1,1% em 2014

(12/3/2014) O Brasil deve produzir, até o fim do ano, 190,3 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas. A produção é 1,1% maior que a safra agrícola de 2013, de 188,2 milhões de toneladas. A estimativa consta do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (PSA), divulgado hoje (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-03/ibge-revisa-projecao-da-safra-agricola-que-deve-crescer-11-em-2014>>, com adaptações.

QUESTÃO 22

Entre as regiões do País, a que lidera o volume da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, com aproximadamente 80 milhões de toneladas, é a Região

- (A) Nordeste
- (B) Norte.
- (C) Sul.
- (D) Sudeste.
- (E) Centro-Oeste.

QUESTÃO 23

Os principais produtos da safra deste ano, que juntos somam 92,5% da produção nacional de grãos e ocuparão 85,5% da área a ser colhida, permanecem sendo o

- (A) arroz, o milho e a soja.
- (B) feijão, o trigo e a soja.
- (C) arroz, o feijão e a soja.
- (D) milho, o trigo e o arroz.
- (E) feijão, o milho e o arroz.

QUESTÃO 24

Com uma impressora 3D, qualquer ideia se transforma em objeto

Você já deve ter ouvido falar acerca de impressoras 3D, mas provavelmente ainda não tem uma em casa. Entusiastas garantem, no entanto, que isso vai mudar em breve: essas máquinas estão se popularizando e promovendo mudanças profundas no mercado ao oferecerem uma escolha entre produção em massa e customização, entre indústria e manufatura. Mais do que isso: a impressão 3D estreita a fronteira entre o virtual e o físico, o mundo digital e o real.

O setor está deixando de ser apenas um *hobby* de poucos para se expandir a um mercado corporativo amplo, que engloba desde quem deseja apenas experimentar o que uma impressora 3D pode fazer até aqueles que desenvolvem produtos bastante específicos. O foco ainda são os consumidores devido, principalmente, à capacidade de personalização dessas máquinas, mas também à baixa disseminação delas.

Disponível em: <<http://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/infograficos/impressao-3d/>>. Acesso em: 10/6/2014, com adaptações.

Em relação à impressora 3D mencionada no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) As impressoras 3D ainda não são comercializadas e as unidades montadas estão em fase de testes, principalmente na China.
- (B) Uma das vantagens da utilização da impressora 3D é que ela não necessita de um *software* específico para a “impressão”.
- (C) Já existe um modelo de impressora 3D capaz de construir casas.
- (D) Uma impressora é capaz de imprimir o modelo de uma mão mecânica, mas ainda não é possível imprimir a mão mecânica que consiga se movimentar.
- (E) Com esse equipamento, é possível “imprimir” armas, razão pela qual o respectivo comércio é proibido no Brasil.

QUESTÃO 25

(22/5/2013) O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, nessa terça-feira (21), o calendário respectivo às eleições do próximo ano. O primeiro turno acontece em 5 de outubro. O segundo turno será realizado no dia 26 do mesmo mês. O calendário também estabelece as principais datas de todo o processo eleitoral, a serem acompanhadas também por partidos e candidatos.

Disponível em: <<http://www.etc.com.br/noticias/brasil/2013/05/primeiro-turno-das-eleicoes-2014-acontece-em-5-de-outubro->>.
Acesso em: 10/6/2014, com adaptações.

Em relação às eleições deste ano no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) Haverá eleição para os cargos de presidente da República, governadores de estados e do Distrito Federal e prefeitos municipais.
- (B) Para o Poder Legislativo, haverá renovação de 100% da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (C) Será utilizada, pela primeira vez, a identificação biométrica, que valerá para todos os eleitores brasileiros.
- (D) Para os analfabetos e os maiores de 70 anos de idade, o alistamento eleitoral é facultativo.
- (E) Os brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 18 anos de idade, que estejam residindo no exterior, em país onde haja representação diplomática brasileira ou que esteja vinculado a uma jurisdição consular, são obrigados a realizar o cadastramento eleitoral e votar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 26 a 50

QUESTÃO 26

A respeito da organização dos Poderes, à luz da Constituição Federal, é correto afirmar que os deputados e senadores não poderão, desde a expedição do diploma,

- (A) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, mesmo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- (B) aceitar o exercício de cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades de pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.
- (C) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- (D) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades de pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.
- (E) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

QUESTÃO 27

Com relação ao Poder Judiciário, com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Aos juízes estaduais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- (B) Aos juízes estaduais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, inclusive as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- (C) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, inclusive as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- (D) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- (E) Originalmente, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.

QUESTÃO 28

No que se refere à ordem econômica e financeira, com base nos ditames constitucionais, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei estabelecerá a responsabilidade da entidade de pessoa jurídica, não abrangendo responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.
- (B) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- (C) Por meio de portaria, serão regulamentadas as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.

- (D) A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo, de forma taxativa e em rol exaustivo, sobre sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade; a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários; licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da Administração Pública; a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários.
- (E) A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços.

QUESTÃO 29

Com base na Constituição Federal, acerca do sistema tributário nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) Pertence à União o produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem em âmbito estadual.
- (B) Pertence à União o produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem em âmbito municipal.
- (C) É vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- (D) É vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, exonerando o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.
- (E) Cabe à lei ordinária dispor sobre substituição tributária.

QUESTÃO 30

Com relação à Administração Pública, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A proibição de acumular cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.
- (B) A proibição de acumular cargos públicos não se estende a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.
- (C) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, sem ressalvas.
- (D) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

QUESTÃO 31

No que se refere aos servidores públicos dentro da Administração Pública, à luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará, apenas, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
- (B) A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da Administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.
- (C) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, excluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

- (D) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão, a cada dois anos, os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- (E) As peculiaridades dos cargos não serão consideradas para a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório.

QUESTÃO 32

A respeito dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A declaração de nulidade do contrato administrativo não se opera retroativamente, não impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de não desconstituir os já produzidos.
- (B) A nulidade exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados.
- (C) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, sem exceção.
- (D) O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; rescindi-los, unilateralmente; fiscalizar-lhes a execução; e, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- (E) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

QUESTÃO 33

Com relação à estabilidade provisória da empregada gestante, assinale a alternativa correta.

- (A) A prorrogação da licença maternidade de 120 dias para 180 dias será garantida à empregada da pessoa jurídica que aderir ao Programa Empresa Cidadã, desde que a empregada a requeira até o final do quarto mês após o parto.
- (B) No período de prorrogação da licença-maternidade para 180 dias, a empregada não poderá exercer qualquer atividade remunerada, permitindo-se, todavia, que a criança seja mantida em creche ou organização similar.
- (C) É a Administração Pública, direta, indireta e fundacional, autorizada a instituir programa que garanta prorrogação da licença-maternidade para suas servidoras.
- (D) A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, salvo no prazo do aviso prévio, trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória.
- (E) Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada terá direito à metade de sua remuneração devida no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

QUESTÃO 34

Acerca da execução dos contratos administrativos, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, é correto afirmar que o (a)

- (A) contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- (B) contratado não é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- (C) inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, e poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.
- (D) execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, não permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- (E) contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

QUESTÃO 35

No que se refere aos períodos de descanso, assinale a alternativa correta.

- (A) O limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quando ouvido o Serviço de Alimentação de Previdência Social, se verificar que o estabelecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios, e quando os respectivos empregados não estiverem sob regime de trabalho prorrogado a horas suplementares.
- (B) Os intervalos de descanso serão computados na duração do trabalho.
- (C) Entre duas jornadas de trabalho, haverá um período mínimo de 12 horas consecutivas para descanso.
- (D) Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 48 horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.
- (E) Quando o intervalo para repouso e alimentação não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de, no mínimo, 70% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

QUESTÃO 36

À luz da Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa correta quanto à jornada de trabalho.

- (A) A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá a seis horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.
- (B) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a 26 horas semanais.
- (C) A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de quatro, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.
- (D) Os empregados sob o regime de tempo parcial poderão prestar horas extras.
- (E) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de 10 minutos diários.

QUESTÃO 37

Acerca do reconhecimento e investidura sindical, assinale a alternativa correta.

- (A) Não será reconhecido mais de um sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma dada base territorial.
- (B) As associações profissionais deverão satisfazer os seguintes requisitos para serem reconhecidas como sindicatos: reunião de um terço, no mínimo, de empresas legalmente constituídas, sob a forma individual ou de sociedade, caso se trate de associação de empregadores; ou de um terço dos que integrem a mesma categoria ou exerçam a mesma profissão liberal caso se trate de associação de empregados ou de trabalhadores ou agentes autônomos ou de profissão liberal; duração de dois anos para o mandato da diretoria; e, exercício do cargo de presidente por brasileiro nato, e dos demais cargos de administração e representação por brasileiros.
- (C) Não constitui condição para o funcionamento do sindicato a proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato.
- (D) Não constitui condição para o funcionamento do sindicato a proibição de cessão gratuita ou remunerada da respectiva sede a entidade de índole político-partidária.
- (E) Não constitui condição para o funcionamento do sindicato a gratuidade do exercício dos cargos eletivos.

QUESTÃO 38

Acerca da remuneração e do abono de férias, assinale a alternativa correta.

- (A) É facultado ao empregado converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.
- (B) Os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso não serão computados no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias.
- (C) Quando o salário for pago por percentagem, comissão ou viagem, apurar-se-á a média percebida pelo empregado nos seis meses que precederem à concessão das férias.
- (D) Quando o salário for pago por tarefa, tomar-se-á por base a média da produção no período aquisitivo do direito a férias, aplicando-se o valor da remuneração da tarefa na data da admissão.
- (E) O abono de férias deverá ser requerido até 10 dias antes do término do período aquisitivo.

QUESTÃO 39

Quanto à proteção do trabalho do menor, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se menor para os efeitos da Consolidação das Leis do Trabalho o trabalhador de 12 anos até 18 anos de idade.
- (B) Para maior segurança do trabalho e garantia da saúde dos menores, a autoridade fiscalizadora não poderá proibir-lhes o gozo dos períodos de repouso nos locais de trabalho.
- (C) Ao menor de 18 anos de idade é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 horas e as 5 horas.
- (D) Mesmo que a representação tenha fim educativo, o Juiz de Menores não poderá autorizar ao menor o trabalho em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarés, *dancings* e estabelecimentos análogos.
- (E) Mesmo que a representação tenha fim educativo, o Juiz de Menores não poderá autorizar ao menor o trabalho em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes.

QUESTÃO 40

No que se refere a custas e emolumentos do processo trabalhista, assinale a alternativa correta.

- (A) Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá ao reclamado.
- (B) No processo de execução, são devidas custas, sempre de responsabilidade do exequente e pagas ao final.

- (C) É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior ao quíntuplo do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.
- (D) São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita, a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica.
- (E) A isenção do pagamento das custas alcança as entidades fiscalizadoras do exercício profissional.

QUESTÃO 41

Conforme o Código Civil, a respeito dos bens, assinale a alternativa correta.

- (A) Consideram-se de uso especial os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- (B) Não pode ser gratuito o uso comum dos bens públicos.
- (C) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- (D) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à diversas pessoas, tenham destinação unitária.
- (E) Não podem ser objeto de relações jurídicas próprias os bens que formam a universalidade de fato.

QUESTÃO 42

No que se refere aos negócios jurídicos, de acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representado.
- (B) Em qualquer hipótese, é anulável o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.
- (C) O representante não é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes.
- (D) É válido e não anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- (E) Nas declarações de vontade, será atendido mais o sentido literal da linguagem do que a intenção nelas consubstanciada.

QUESTÃO 43

A respeito da instituição sindical, à luz da Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Os sindicatos de empregadores terão o dever de promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito e fundar e manter escolas de alfabetização e prevocacionais.
- (B) É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais, exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas.
- (C) A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria econômica.
- (D) A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico que se denomina categoria profissional.
- (E) Os limites de identidade, similaridade ou conexidade não fixam as dimensões dentro das quais a categoria econômica ou profissional é homogênea e a associação é natural.

QUESTÃO 44

No que se refere à administração do sindicato, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência do Conselho Fiscal não se limita à fiscalização da gestão financeira do sindicato.
- (B) Aplicam-se ao empregado de entidade sindical os preceitos das leis de proteção do trabalho e de previdência social, exceto o direito de associação em sindicato.
- (C) Constituirão atribuição exclusiva do presidente do sindicato a representação e a defesa dos interesses da entidade perante os poderes públicos e as empresas.
- (D) Ocorrendo dissídio ou circunstâncias que perturbem o funcionamento de entidade sindical ou motivos relevantes de segurança nacional, o ministro do Trabalho e Previdência Social poderá nela intervir, por intermédio de delegado ou de junta interventora, contudo, não poderá administrá-la.
- (E) Em regra, é vedada a pessoas físicas ou jurídicas, estranhas ao sindicato, qualquer interferência na sua administração ou nos seus serviços.

QUESTÃO 45

Segundo o Código Civil, acerca dos atos jurídicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Mesmo a fim de remover perigo iminente, a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, constituem atos ilícitos, em regra.
- (B) Não comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social.
- (C) Não comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- (D) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, exceto se exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- (E) Não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.

QUESTÃO 46

Quanto à coisa julgada, conforme o Código Processual Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- (B) Faz coisa julgada a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentemente no processo.
- (C) É possível à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão.
- (D) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra a União, o estado, o Distrito Federal, o município e as respectivas autarquias e fundações de direito público.
- (E) Não se sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública.

QUESTÃO 47

Quanto à ação popular, assinale a alternativa correta.

- (A) Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao estado ou ao município.
- (B) Na defesa do patrimônio público, não caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado.
- (C) A ação obedecerá ao procedimento sumário, previsto no Código de Processo Civil.
- (D) O prazo de contestação é de 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias.
- (E) A sentença, quando não prolatada em audiência de instrução e julgamento, deverá ser proferida dentro de 30 dias do recebimento dos autos pelo juiz.

QUESTÃO 48 _____

De acordo com o Código Processual Civil, acerca da liquidação e do cumprimento da sentença, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução nos mesmos autos.
- (B) É definitiva a execução da sentença transitada em julgado e provisória quando se tratar de sentença impugnada mediante recurso ao qual não foi atribuído efeito suspensivo.
- (C) Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de 48 horas, o montante da condenação será acrescido de multa no valor de 10%.
- (D) Efetuado o pagamento, mesmo que parcial, no prazo de 48 horas, não se aplica a multa de 10%.
- (E) Não sendo requerida a execução no prazo de 30 dias, o juiz mandará arquivar os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

QUESTÃO 49 _____

A respeito da ação de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta exclusivamente pelo Ministério Público, dentro de 30 dias da efetivação da medida cautelar.
- (B) É possível transação, acordo ou conciliação nas ações de improbidade.
- (C) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade. A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterà a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.
- (D) Não cabe recurso da decisão que recebe a petição da ação de improbidade.
- (E) Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo com julgamento do mérito.

QUESTÃO 50 _____

No que se refere à ação civil pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Qualquer servidor público poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.
- (B) Nas ações civis públicas, haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.
- (C) O juiz não pode conferir efeito suspensivo aos recursos.

- (D) A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- (E) Não poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.

Área livre

PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova discursiva consiste na elaboração de um texto dissertativo e (ou) descritivo.
- A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e não deverá conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva.
- A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- O texto deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 40 (quarenta) linhas, com base no tema a seguir apresentado.

Leia, com atenção, a informação a seguir.

Redija um texto dissertativo e (ou) descritivo acerca do direito das obrigações previsto no Código Civil, abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) suas modalidades;
- b) formas de transmissão;
- c) adimplemento;
- d) extinção.

Área livre – Rascunho na página seguinte

Rascunho

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	
35	
40	